

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos Urbanos Errantes*. Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

AUTOR DA RESENHA: TIAGO LEMÕES DA SILVA*

Corpos Urbanos Errantes relativiza duas noções correntes na contemporaneidade: a ideia de que o espaço público é essencialmente uma via de passagem; e o difuso axioma fundado na noção de que os corpos devem ser assépticos, protegidos e circunscritos a ambientes fechados. Para apreender a construção da corporalidade de moradores de rua adultos na cidade de São Paulo, Simone Frangella assinala que os corpos são, a uma só vez, instrumento de diálogo e resistência às movimentações urbanas que ora os acolhem, ora os repelem, posicionando-os de forma específica na cidade: estão “fora do lugar”, desencaixados espacial e simbolicamente em meio à marginalização econômica e social.¹

A coerção física, conduzida por tecnologias de vigilância e por ações policiais, alimenta o processo de estigmatização, no qual ofensas e humilhações sociais entram em cena para, de forma dramática, enunciar o corpo como lócus de produção e expressão de experiências marcadas pela exclusão e pelo imperativo constante do movimento, do deslocamento. O corpo – tomado como foco na análise etnográfica empreendida pela autora – mostra-se como único instrumento de diálogo e resistência às ações que tendem a excluí-lo. A própria cidade, em suas construções monumentais, residenciais e comerciais, forja uma arquitetura antimendigo que visa expulsá-los da visão e da consciência de segmentos social e historicamente privilegiados.

Conforme Frangella, o contingente populacional que experimenta a situação de rua, sumária ou temporariamente, é de natureza heterogênea no que tange aos perfis e às relações que estabelecem com o espaço urbano,

* Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestrando em Ciências Sociais pela mesma universidade.

¹ O contexto etnográfico em que se deu a pesquisa abarca locais de maior concentração de moradores de rua no centro de São Paulo: o bairro Brás, a Praça Metrô Brás e o refeitório Penaforte Mendes, localizado no bairro Bela Vista.

com a rede de solidariedade entre seus pares e com a trama institucional que os tomam como foco de ação e/ou intervenção social. A diversidade identificada comporta recém-desempregados e migrantes albergados que se apoiam em redes de atendimento; grupos familiares que acionam a tentativa de reprodução do universo doméstico na contingência da rua; trecheiros de albergues, pessoas que circulam continuamente entre as instituições de acolhimento; sujeitos mergulhados na situação de dormir e morar nas ruas; andarilhos, itinerantes; mendigos desvinculados do mundo institucional. Embora tais categorias sejam porosas, fluidas e sirvam muito mais como instrumento analítico de uma realidade múltipla, existem alguns elementos passíveis de generalização, principalmente no que tange à desvinculação sociofamiliar, com perdas subsequentes advindas desta primeira fratura relacional com o que possui uma centralidade crucial na sociedade brasileira: a rede de ajuda e afeto amarrada aos laços de parentesco.

A sucessão de experiências antes do ingresso nas ruas é marcada por uma série de perdas evidenciadas no discurso da ruptura, da passagem, de um deslocamento abrupto rumo a uma condição radicalmente diversa e nublada: é preciso conhecer a rua, dominá-la, reinventá-la. Ocorre um esvaziamento territorial e identitário, no momento em que se enfrenta um doloroso rito de passagem à rua, em que é preciso apreender mecanismos de sobrevivência e construir círculos de sociabilidades que se revelam; à medida em que se vai dominando os códigos necessários à vida na rua, neste espaço as alianças que se formam e as interações sociais efetivadas sustentam-se em sistema de trocas fundamental, no qual as moedas correntes são comida, roupas, bebidas, drogas, cobertores etc.

Nas últimas duas décadas, as transformações no tratamento social e político sobre as formas de “estar nas ruas” justificam-se por dois fatores que se alimentam mutuamente: o aumento do contingente em situação de rua, devido ao agravamento da situação socioeconômica; e o gradual crescimento e aprimoramento da teia de atendimento a essa população. A proliferação de albergues, casas de passagem e de convivência propiciaram novas formas de espacialização e de interação com a rua. A alternância entre a permanência na rua e a vivência em instituições aponta para estratégias mantenedoras de algumas características aprisionadas ao modo de vida sedentário.

Atendo-se ao deslocamento pelo qual a corporalidade se faz, a autora afirma que, no universo citadino, esta população experimenta e manipula representações ambíguas: o sofrimento extremo, que possibilita uma redenção social e moral e convive com imagens exógenas que mobilizam

um processo desmoralizante. Organizam-se além dos limites tecnológicos desenvolvidos pelos poderes de gestão da vida e desafiam discursos mantenedores da higiene, da saúde e da funcionalidade espacial. Em tal contexto, o corpo é o único suporte irreduzível que atualiza caminhos de existência, sendo o último território possível: “a trajetória do morador de rua é eminentemente corporal” (p. 61).

O corpo carrega marcas que denunciam o gradual prolongamento da relação com o espaço urbano. Nos pés, a vulnerabilidade enfaticamente se expressa: eles trazem as feridas, as cicatrizes, as sujeiras, advindas da exposição corporal às intempéries da rua. Estar descalço ou calçado aciona mecanismos de distinção social, ao que o uso de sapatos, recurso escasso na rua, abranda o estigma de “vagabundo” e encerra a sobriedade do vestuário. Mobilizam, igualmente, mecanismos de mão dupla: os pés descalços reforçam, por meio da vitimização social, a situação política e simbólica do sofrimento e, ao mesmo tempo, participam nas estratégias de esmola para as quais a sensibilidade do doador é o alvo mais certo.

Na errância, os moradores de rua domesticam, social e geograficamente, o meio público, compondo itinerários que circunscrevem uma outra cidade. No andar, o corpo carrega peso, e os objetos suportados acabam por se fundir no suporte corporal, culminando numa indistinção entre corpos e materiais. Nesse mimetismo, papelões, sacos de lixo, pedaços de colchões – refugos da sociedade que são ressemantizados no universo da rua – tomam a forma corporal, propiciando proteção e isolamento.

A interferência mútua entre corpo e espaço está marcada na corporalidade. Os cheiros corporais constituem formas de abjeção vivenciadas de maneira singular: distinguem socialmente categorias do território *êmico*; e engendram mecanismos de defesa e negociação com outros segmentos sociais. A pele se mostra como um instrumento relevante para desvendar embates dramatizados na paisagem urbana. Ao mesmo tempo, evidencia distinções entre estar na rua e querer sair dela. A higiene, a pele, as roupas expõem signos rituais que reportam a padrões de cuidado corporal herdados do mundo da casa. Aproximar-se destes signos e construir um corpo limpo atenuam agressividades e auxiliam a tecer laços sociais. Os cheiros dos corpos humanos se fundem aos cheiros da matéria coletada e assinalam o grau de interpenetração em que permanecem. Os odores, ainda que marquem diferentes imagens no processo distintivo – em que costumes hegemônicos de higiene são parcialmente internalizados – não implicam na exclusão dos sujeitos na sociabilidade dos agrupamentos. A despeito das diferenças e do grau de re-elaboração de padrões estéticos e higiênicos, o ponto comum ancora-se na condição de pobreza e

vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo que marca diferenças, o mau cheiro também vale como defesa voluntária rumo à delimitação de um espaço físico próprio e afastado.

Nas práticas ordinárias e na demarcação de limites territoriais, o corpo e o espaço urbano são os sítios da experiência física, social e política que constituem o mundo privado. A habitação está contida nas práticas corporais, nos gestos que delimitam distâncias e colocam em cheque o significado da casa como lugar de intimidade.

Uma gramática de gênero – que marca a inscrição territorial e que define papéis entre homens e mulheres – é identificada e interpretada por Frangella. O universo da rua é masculinizado, tendo por caracterização central a figura do morador de rua solitário, cuja trajetória remonta ao fracasso do papel de provedor. No entanto, os homens sofrem um duplo processo: são *hipermasculinizados*, porque independentes dos controles sociais vigentes, e insinuam o perigo, a agressividade, a violência; ao mesmo tempo, são *desmasculinizados*, porque encarnam a falência social. As mulheres, por sua vez, estão associadas à dimensão doméstica e representadas como dependentes, vulneráveis e desprotegidas. Tal representação se coloca como fundamental para que a mulher possa beneficiar-se de uma rede de assistência e ajuda institucional, uma vez que necessita corresponder a um papel de “mulher”, assumindo uma posição de gratidão, fragilidade, docilidade e abandono. A não submissão a tal classificação de gênero implica, muitas vezes, em tomar o caminho da vida nas ruas, imergindo em relações de afeto, sexualidade e intimidade intensas, conflituosas e opressoras. Para os homens, as mulheres nas ruas conformam potenciais parceiras sexuais em meio à vida solitária, mas também podem ser pessoas amigas, alguém que pode cuidar, proteger, apoiar afetivamente.

Pela constituição do cônjuge, famílias formam-se na rua e, movidas pelo desejo de união, de perambular menos e de buscar suas próprias fontes de subsistência, montam habitações em espaços públicos. Essas relações entre os pares, numa união, adquirem contornos distintos, na medida em que a permanência na rua intensifica-se, fazendo com que a efemeridade tome conta das interações assentadas na dinâmica do deslocamento. Mas tudo isso acaba por degradar suportes relacionais e tornar os laços de solidariedade frágeis e ambivalentes. Nesses termos, a solidão apresenta-se, num só tempo, como forma de evitar conflitos e de inserir-se em redes de solidariedade material e simbolicamente mapeadas pela perambulação, muito embora a afetividade seja mais intensa entre casais do que nas relações de amizade. O rompimento da relação conjugal não se pauta pelo dilema dramático de “deixar a

casa”, vinculado à moralidade doméstica e sedentária. As mulheres de rua, ao abandonarem seus companheiros, não têm muito a perder: as territorialidades, por natureza, flutuantes, permitem fugas, quebras, distanciamentos bruscos e definitivos.

Evidencia-se o corpo como um território possível, uma teia maleável à geografia urbana, a qual, por sua vez, o marca e o faz, ao mesmo tempo, sujeito e objeto no contexto de uma reterritorialização genuína, abrangendo novas formas de sociabilidade e interação social, novos constructos de saber e poder. A circulação e o deslocamento contínuos imprimem uma dinâmica subversiva, ao condensarem as dimensões do público e do privado, propiciando a emergência de subjetividades materializadas numa imprecisão de fronteiras entre códigos sociais hegemônicos e a elaboração criativa de novos territórios existenciais.